

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais).

1 Contexto operacional

A Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos ou “Dimed” e suas controladas (conjuntamente a “Companhia”), sediada em Eldorado do Sul / RS, tem como atividades básicas o comércio de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. Para suportar suas vendas, a Companhia conta com centros de distribuição nos Estados do Rio Grande do Sul e Espírito Santo, além de 444 lojas distribuídas entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

A controladora é uma sociedade anônima listada na B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO (“PNVL3”, “PNVL4”).

O Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda., empresa controlada, atua no segmento industrial, produzindo uma vasta gama de produtos nos segmentos de cosméticos, alimentos, medicamentos e terceirização de produção. A Empresa é responsável pela maior parte da produção da linha de produtos da marca própria da rede de farmácias da Companhia. A partir de 31 de agosto de 2018 as operações logísticas do Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda. começaram a ser realizadas por sua empresa controlada Lifar Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda.

A controlada Dimesul Gestão Imobiliária Ltda. tem por objetivo a compra, venda, intermediação, loteamento, arrendamento, aluguel, gestão e administração de imóveis próprios ou de terceiros, com vistas a centralizar e otimizar a administração dos imóveis da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2020.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionadas nos subitens descritos abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, exceto pela nova norma contábil de arrendamentos IFRS 16 / CPC 06 (R2), vigente desde 1º de janeiro de 2019.

2.1 Base de elaboração das demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras são com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros avaliados por valor justo, conforme nota explicativa 5 e requerem o uso de determinadas estimativas contábeis que afetam os saldos das contas patrimoniais e de resultado, assim como o exercício de julgamento por parte dos membros da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Os reflexos mais significativos nas rubricas contábeis que envolvem o uso de estimativas ou que requerem julgamentos de maior complexidade estão divulgados na Nota 3.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Essas demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. As práticas contábeis

adotadas pela Controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IFRS e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Dimed.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 *Classificação*

A Dimed mensura seus ativos financeiros ou passivos financeiros inicialmente a valor justo acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

2.5.2 *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, não sendo reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, exceto em caso de mudanças no modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Dimed tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no “resultado financeiro”.

A Dimed avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo ou grupo de ativos financeiros. A análise para evidenciar se há *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.5.4.

2.5.3 *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no balanço patrimonial quando há um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Dimed reportou no balanço patrimonial o valor líquido da compensação dos valores de aportes de fornecedores registrados originalmente no passivo, onde são registrados os recebimentos de verbas através de depósito, descontos ou bonificações com a conta corrente de verbas registrado no ativo, onde são registrados os títulos emitidos contra os fornecedores, o valor líquido foi registrado no ativo na linha “Outras contas a receber”.

2.5.4 *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Dimed. As contas a receber de clientes na sua totalidade possuem curto prazo de recebimento, não possuindo caráter de financiamento e são consistentes com as práticas de mercado, sendo classificados no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para devedores de liquidação duvidosa (*impairment*), pela provisão de descontos financeiros.

2.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados para concretizar a venda.

2.8 Verbas Contratuais

A Companhia possui diversas transações relacionadas a negociações comerciais na compra de mercadorias representada por acordos comerciais onde produtos podem ser comercializados em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda da Companhia em diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar característica e natureza complexas.

Tais transações referem-se a descontos financeiros concedidos por laboratórios, abatimentos por metas de volume, verbas de marketing e publicidade, divulgação de ofertas em catálogo próprio, possuindo uma gama de condições e características individuais, como bonificações em mercadorias, aportes financeiros, redução dos valores de compra, descontos comerciais, entre outros. A Companhia reconhece o resultado desses acordos comerciais a crédito do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida um valor em outras contas a receber.

2.9 Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos ou seus valores reavaliados a valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 12.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Intangível

Os ativos intangíveis são representados pela locação de ponto comercial, marcas e patentes e direito de uso de *softwares*. Os valores registrados como ponto comercial são os desembolsos iniciais realizados pela Dimed para obter a cessão de uso de determinado estabelecimento onde ficará localizada a filial. São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica conforme descrito na Nota 13.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, exceto os estoques e impostos diferidos que possuem normas específicas para divulgação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas

circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Dimed tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Dimed tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas, sendo analisada a natureza de cada risco atualizados nas datas de balanços. Os valores provisionados por natureza dos riscos estão descritos na Nota 22.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa temporal do dinheiro e de riscos específicos na obrigação.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação a todas as diferenças temporárias tributáveis, de forma que seja reconhecido sobre as diferenças que resultarão em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no

patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia e que geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.15 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Dimed é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Dimed ao final do exercício, com base na legislação societária e Estatuto Social da Dimed, sendo que estes preveem que no mínimo 25% do lucro líquido do exercício social sejam distribuídos como dividendos. Os valores excedentes a este limite são destacados na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio excedente” no Patrimônio líquido, conforme demonstrado na Nota 24.

2.17 Novas normas contábeis adotadas após 01 de janeiro de 2019

IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui algumas isenções de reconhecimento para arrendatários:

- Arrendamentos de ativos de “baixo valor”;
- Arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos);
- Arrendamentos compostos por valores variáveis;
- Arrendamentos em que a Companhia não possui o controle sobre o ativo; e
- Arrendamentos com prazo indeterminado.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. Identificamos que determinados contratos de locação de lojas e de veículos devem ser reconhecidos no escopo da nova norma a partir de 01 de janeiro de 2019. Informações adicionais podem ser encontradas nas Notas Explicativas nº 12 e 20.

Abordagem de transição

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada, que não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente.

Direito de uso (Nota explicativa 12)

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. O ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

Arrendamentos a pagar (Nota explicativa 20)

Como arrendatária, a Companhia arrenda imóveis e veículos. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, A Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados por uma taxa nominal de juros.

Os arrendamentos de imóveis e veículos eram classificados de acordo com o CPC 06 (R1).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, diversas estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, programa de fidelidade, provisões necessárias para passivos contingentes e determinações de provisões para imposto de renda. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas consideradas pela Administração como mais críticas, podendo trazer efeitos significativos nos saldos contábeis, estão descritas a seguir:

a. Provisão para perdas no estoque

A provisão para perdas no estoque é estimada baseada nos estoques das lojas e centros de distribuição cujos prazos de vencimentos estejam próximos ao término da validade, sendo considerado suficiente pela Administração frente ao risco da perda destes estoques. Os valores estão representados na nota 8.

b. Provisão perda de crédito esperada para contas a receber

As estimativas para a perda de crédito esperada são baseadas em premissas, conforme descrito na nota 2.5.4. Os valores podem ser verificados na nota 7.

c. Provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

As estimativas para a constituição das provisões de contingências são analisadas pela Administração com base na opinião dos advogados da Companhia, onde são considerados fatores como a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

d. Verbas contratuais

As estimativas para o reconhecimento contábil das negociações para verbas são baseadas nas transações com fornecedores, conforme descrito na nota 2.8. Os valores podem ser verificados na nota 26, na rubrica “ressarcimento de custos com aportes”.

e. Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa nº 4.1 a. Análise de sensibilidade.

f. Taxa de desconto do IFRS 16

As estimativas para a determinação da taxa de desconto são baseadas em premissas, conforme descrito na nota 20.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Controladoria da Companhia. A Controladoria, através do Departamento de Tesouraria, identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece os princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo e do excedente de caixa investido em papéis pós-fixados, como CDBs. Os empréstimos tomados e investimentos às taxas

variáveis expõem a Dimed ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e investimentos emitidos às taxas fixas expõem a Dimed ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Até o mês de dezembro de 2019 e durante o exercício de 2018, os empréstimos e investimentos da Dimed às taxas variáveis e fixas eram mantidos em Reais.

A Dimed analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, bem como novas possibilidades de investimento do excedente de caixa. Com base nesses cenários, a Dimed define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos e os ativos que representam as principais posições com juros.

Análise de sensibilidade

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade das taxas de juros nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando período de 12 meses, seguido de dois outros cenários, sendo o cenário II uma possível variação de 25% nas taxas de juros e o cenário III uma variação de 50% nas taxas de juros, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Índices	Operação	Cenário Provável (Cenário I)	Cenário II (variação 25%)	Cenário III (variação 50%)
CDI - %		4,5	3,38	2,25
	Aplicações financeiras - renda fixa	2.587	1.943	1.294

b. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes pessoas jurídicas e pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades que possuam operações de reciprocidade com a Companhia. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente pela Administração. As vendas para clientes das filiais de varejo são liquidadas em dinheiro, cheque, convênios ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do risco de crédito.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada corporativamente através do Departamento de Tesouraria, com base em informações fornecidas pelas unidades operacionais e pelo Departamento de Compras. A Tesouraria monitora as previsões de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é administrado pelo departamento de tesouraria, que investe o excesso de caixa em aplicações financeiras de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 28.997 na controladora (R\$ 24.530 em 31 de dezembro de 2018) e de R\$ 60.632 no consolidado (R\$ 24.975 em 31 de dezembro de 2018) que geraram entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são fluxos de caixa não descontados contratados.

Controladora				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	301.873	301.873	-	-
Financiamento BNDES Finame	18	18	-	-
Arrendamento Mercantil	319.125	76.973	242.152	-
Debênture - Banco Bradesco	217.604	1.293	49.969	166.342
Total	838.620	380.157	292.121	166.342
Controladora				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	288.165	288.165	-	-
Financiamento BNDES Finame	115	95	10	10
Arrendamento Mercantil	6.749	1.499	5.250	-
Debênture - Banco Bradesco	138.099	60.794	16.392	60.913
Banco do Brasil Financiamentos	21.364	21.364	-	-
Swap	(327)	(327)	-	-
Total	454.165	371.590	21.652	60.923
Consolidado				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	303.155	303.155	-	-
Financiamento BNDES Finame	18	18	-	-
Arrendamento Mercantil	319.125	76.973	242.152	-
Debênture - Banco Bradesco	217.604	1.293	49.969	166.342
Total	839.902	381.439	292.121	166.342
Consolidado				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	279.772	279.772	-	-
Financiamento BNDES Finame	152	132	10	10
Arrendamento Mercantil	6.749	1.499	5.250	-
Debênture - Banco Bradesco	138.099	60.794	16.392	60.913
Banco do Brasil Financiamentos	21.364	21.364	-	-
Swap	(327)	(327)	-	-
Total	445.809	363.234	21.652	60.923

d. Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia.

A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger o valor contratado de empréstimo em moeda estrangeira (Lei 4.131 Bacen) através de *swap* cambial.

Nas operações de *swap*, não designadas para *hedge accounting*, os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não manteve nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A Companhia tem como estratégia de negócio manter seu endividamento financeiro líquido comparado à soma da dívida líquida financeira e patrimônio líquido em patamares baixos. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Total dos empréstimos (Nota 17)	186.278	134.063	186.278	134.100
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(53.720)	(38.474)	(71.437)	(39.141)
Dívida líquida - A	132.558	95.589	114.841	94.959
Total do patrimônio líquido	524.176	463.912	524.176	463.912
Total do capital - B	656.734	559.501	639.017	558.871
Índice - % - A/B	20,17	17,07	17,96	16,99

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros são classificados conforme a tabela abaixo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

	Controladora		Consolidado	
	2019		2019	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	53.720	-	71.437
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	333.676	-	343.123	-
	333.676	53.720	343.123	71.437

	Controladora		Consolidado	
	2018		2018	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	38.474	-	39.141
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	238.168	-	240.429	-
Instrumento Derivativo - <i>Swap</i>	-	327	-	327
	238.168	38.801	240.429	39.468

Segue classificação dos passivos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado		Custo amortizado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores	301.873	288.165	303.155	279.772
Empréstimos e financiamentos	186.278	134.063	186.278	134.100
Obrigações por arrendamento mercantil	319.125	6.749	319.125	6.749
	807.276	428.977	808.558	420.621

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes e outras contas a receber, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 187.538, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos e pode ser comparado com o valor contábil de R\$ 186.278.

Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício de 2019.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média (a.a. %)	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Recursos em caixa (filiais do varejo)	-	3.605	3.826	3.617	3.827
Depósitos bancários de curto prazo	-	8.884	10.118	10.326	10.339
Aplicações financeiras - renda fixa (*)	5,20	41.231	24.530	57.494	24.975
		53.720	38.474	71.437	39.141

(*) As informações sobre a liquidez das aplicações estão detalhados na Nota 4.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de clientes	72.302	80.656	80.942	82.820
Contas a receber de cartões de crédito	201.958	121.790	201.958	121.790
Menos provisão para encargos financeiros	(1.166)	(1.162)	(1.166)	(1.162)
Menos provisão para PCLD de contas a receber de clientes	(5.212)	(4.581)	(5.213)	(4.588)
Contas a receber de clientes, líquidas	267.882	196.703	276.521	198.860

A composição de contas a receber de clientes por vencimento:

	2019	2018
A Vencer		
Até 30 dias	140.742	101.711
31 a 60 dias	60.439	48.280
61 a 90 dias	27.733	18.211
91 a 120 dias	13.754	11.816
121 a 150 dias	8.174	6.100
151 a 180 dias	4.641	3.438
Mais de 180 dias	7.919	5.319
	263.402	194.875
Vencidos		
Até 30 dias	3.755	2.617
31 a 90 dias	1.360	1.550
Acima de 90 dias	5.743	3.404
	10.858	7.571
Provisão para encargos financeiros	(1.166)	(1.162)
Provisão para crédito de devedores duvidosos	(5.212)	(4.581)
Total Controladora	267.882	196.703
Contas a receber clientes (Lifar) – A vencer	8.016	575
Contas a receber clientes (Lifar) - Vencidos	623	1.589
Provisão para crédito de devedores duvidosos	-	(7)
Total Consolidado	276.521	198.860

As movimentações da provisão para *impairment* de contas a receber estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo do início do exercício	(4.581)	(3.606)	(4.588)	(3.624)
Complemento de provisão	(2.303)	(3.304)	(2.323)	(3.320)
Valores baixados da provisão	1.671	2.329	1.698	2.356
	(5.213)	(4.581)	(5.213)	(4.588)

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber foram registradas no resultado do exercício como "Perdas em Crédito Líquidas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercadorias para revenda	414.424	412.301	414.596	416.656
Produtos prontos	-	-	4.359	2.850
Matérias primas	-	-	2.443	1.516
Materiais de consumo/almojarifado	3.861	3.550	8.028	3.752
(-)Provisão para perdas nos estoques	(305)	(300)	(396)	(318)
	417.980	415.551	429.030	424.456

Em decorrência da publicação do decreto nº 54.308 de 06/11/2018 do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de março de 2019 o contribuinte substituído nas operações com mercadorias sujeitas à substituição tributária deverá apurar mensalmente a diferença entre o valor apurado para o cálculo do imposto e o valor que de fato foi vendida a mercadoria ao consumidor final. No fechamento do exercício foi recalculado o imposto retido por substituição tributária, reclassificado para a conta de Impostos a recuperar e contabilizado a crédito no Estoque o montante de R\$ 50.996. A metodologia de cálculo ainda está sendo debatida e há a possibilidade de se alterar nos períodos subsequentes ao desta publicação, o que poderá afetar o crédito inicialmente registrado.

Provisão para perdas nos estoques

	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(300)	(357)	(318)	(363)
Complemento de provisão	(2.284)	(479)	(2.359)	(493)
Valores baixados da provisão	2.279	536	2.281	538
Saldo final do exercício	(305)	(300)	(396)	(318)

9 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda - pessoa jurídica - IRPJ	680	10.822	873	11.067
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	1.067	4.123	1.091	4.141
	1.747	14.945	1.964	15.208

10 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Imposto s/ circularização de mercadorias e serviços - ICMS	1.660	1.810	1.777	1.914
Programa de Integração Social - PIS	598	956	641	956
Contribuição p/ financiamento da seguridade social - COFINS	2.754	4.463	2.935	4.463
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	191	191	191	191
Imposto sobre produto industrializado - IPI	-	-	41	41
	5.203	7.420	5.585	7.565
Não Circulante				
Imposto s/ circularização de mercadorias e serviços - ICMS	3.209	2.214	3.209	2.214
	3.209	2.214	3.209	2.214

11 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas estão demonstrados a seguir:

2019								
	Capital Social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Período	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da Equivalência	Total do investimento
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	500	499.999	99,99%	26.235	2.773	22.636	2.364	25.000
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	8.978	19.999	99,99%	32.806	8.326	24.479	8.326	32.805
						47.115	10.690	57.805
2018								
	Capital Social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Período	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da Equivalência	Total do Investimento
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	500	499.999	99,99%	20.888	1.748	20.036	2.600	22.636
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	8.978	19.999	99,99%	19.242	5.237	19.241	5.238	24.479
						39.277	7.838	47.115

12 Imobilizado

a. Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora

O saldo de imobilizado compreende ativos próprios e arrendados. Os imóveis arrendados são aqueles incluídos na coluna "Direito de uso".

CONTROLADORA	Imoveis	Maquinas e Equipamentos	Moveis e Utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veiculos	Benfeitorias	Direito de Uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018									
Custo	76.388	29.375	31.831	81.508	41.362	8.055	65.540	-	334.059
Depreciação acumulada	(4.913)	(7.600)	(14.627)	(32.286)	(27.841)	(1.148)	(20.340)	-	(108.755)
Saldo Contabil liquido	71.475	21.775	17.204	49.222	13.521	6.907	45.200	-	225.304
Em 31 de dezembro de 2019									
Saldo Inicial	71.475	21.775	17.204	49.222	13.521	6.907	45.200	-	225.304
Adoção IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	285.880	285.880
Aquisições	261	1.892	3.472	12.082	6.739	-	13.985	83.493	121.924
Baixas	-	(81)	(338)	(701)	(59)	-	(1.074)	-	(2.253)
Depreciação	(1.151)	(1.912)	(2.720)	(7.841)	(5.801)	(487)	(4.543)	(63.802)	(88.257)
Transferencia	-	-	(4)	-	4	-	-	-	-
Saldo Contabil liquido	70.585	21.674	17.614	52.762	14.404	6.420	53.568	305.571	542.598
Saldo em 31 de dezembro de 2019									
Custo	76.652	31.113	33.815	90.759	47.284	7.979	76.992	369.373	733.967
Depreciação acumulada	(6.067)	(9.439)	(16.201)	(37.997)	(32.880)	(1.559)	(23.424)	(63.802)	(191.369)
Saldo Contabil liquido	70.585	21.674	17.614	52.762	14.404	6.420	53.568	305.571	542.598

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado:

Taxa média depreciação (% a.a.)

	2019	2018
Imóveis	1,7	1,7
Máquinas e equipamentos	6	6
Móveis e utensílios	9	9
Instalações	10	10
Computadores e periféricos	25	25
Veículos	20	20
Benfeitorias	7	7

b. Síntese da movimentação do ativo imobilizado do consolidado

CONSOLIDADO	Imoveis	Maquinas e Equipamentos	Moveis e Utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Benfeitorias	Direto de Uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018									
Custo	82.738	34.490	32.358	85.161		41.765	8.132	69.005	- 353.649
Depreciação acumulada	(8.526)	(10.127)	(15.008)	(33.811)		(28.186)	(1.221)	(22.352)	- (119.231)
Saldo Contabil liquido	74.212	24.363	17.350	51.350		13.579	6.911	46.653	- 234.418
Em 31 de dezembro de 2019									
Saldo Inicial	74.212	24.363	17.350	51.350		13.579	6.911	46.653	- 234.418
Adoção IFRS 16	-	-	-	-		-	-	-	285.880 285.880
Aquisições	261	2.126	3.538	12.145		6.837	-	14.616	83.493 123.016
Baixas	(276)	(85)	(338)	(701)		(59)	-	(1.074)	- (2.533)
Depreciação	(1.180)	(2.209)	(2.753)	(8.192)		(5.830)	(489)	(4.668)	(63.802) (89.123)
Transferencia	-	-	(4)	-		4	-	-	- -
Saldo Contabil liquido	73.017	24.195	17.793	54.602		14.531	6.422	55.527	305.571 551.658
Saldo em 31 de dezembro de 2019									
Custo	82.623	36.446	34.407	94.473		47.789	8.056	81.087	369.373 754.254
Depreciação acumulada	(9.606)	(12.251)	(16.614)	(39.871)		(33.258)	(1.634)	(25.560)	(63.802) (202.596)
Saldo Contabil liquido	73.017	24.195	17.793	54.602		14.531	6.422	55.527	305.571 551.658

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado:

Taxa média depreciação (% a.a.)

	2019	2018
Imóveis	1,7	1,7
Máquinas e equipamentos	6	6
Móveis e utensílios	9	9
Instalações	10	10
Computadores e periféricos	25	25
Veículos	20	20
Benfeitorias	7	7

Composição do direito de uso

Descrições	Vida útil (anos)	Controladora e Consolidado
		31/12/2019
Imóveis	2 a 17	254.281
Veículos	2 a 3	1.212
Total		255.493

Movimentação do direito de uso

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
(+) Adoção inicial - IFRS 16/CPC 06 (R2)	235.802
Saldo em 1º de janeiro de 2019	235.802
(+/-) Remensuração e novos contratos	133.571
(-) Depreciação acumulada	(63.802)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	305.571

13 Intangível

a. Síntese da movimentação do ativo intangível da controladora

CONTROLADORA	Locação de Ponto Comercial	Software	Marcas e Formulas	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2018				
Custo	19.180	36.606	361	56.147
Amortização acumulada	(15.704)	(15.575)	(13)	(31.292)
Saldo Contabil liquido	3.476	21.031	348	24.855
Em 31 de dezembro de 2019				
Saldo Inicial	3.476	21.031	348	24.855
Aquisições	2.005	12.015	-	14.020
Baixas	-	(26)	-	(26)
Amortização	(1.120)	(5.031)	-	(6.151)
Saldo Contabil liquido	4.361	27.989	348	32.698
Em 31 de dezembro de 2019				
Custo	20.874	48.742	361	69.977
Amortização acumulada	(16.513)	(20.753)	(13)	(37.279)
Saldo Contabil liquido	4.361	27.989	348	32.698

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível:

	Taxa média amortização (% a.a.)	
	2019	2018
Locação de ponto comercial	25	25
Software	18	18
Marcas e fórmulas	10	10

b. Síntese da movimentação do ativo intangível do consolidado

CONSOLIDADO	Locação de Ponto Comercial	Software	Marcas e Formulas	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2018				
Custo	19.180	36.856	513	56.549
Amortização acumulada	(15.704)	(15.701)	(165)	(31.570)
Saldo Contabil liquido	3.476	21.155	348	24.979
Em 31 de dezembro de 2019				
Saldo Inicial	3.476	21.155	348	24.979
Aquisições	2.005	12.342	-	14.347
Baixas	-	(26)	-	(26)
Amortização	(1.120)	(5.095)	-	(6.215)
Saldo Contabil liquido	4.361	28.376	348	33.085
Em 31 de dezembro de 2019				
Custo	20.875	49.318	513	70.706
Amortização acumulada	(16.514)	(20.942)	(165)	(37.621)
Saldo Contabil liquido	4.361	28.376	348	33.085

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível:

	Taxa média amortização (% a.a.)	
	2019	2018
Locação de ponto comercial	25	25
<i>Software</i>	18	18
Marcas e fórmulas	10	10

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adições temporárias				
Provisão para perdas em estoque	305	300	396	318
Provisão para indenizações trabalhistas	7.279	4.316	7.713	4.694
Provisão para riscos cíveis	-	199	-	199
Provisão tributária	-	20	-	20
Reversão para créditos liquidação duvidosa	5.213	214	5.213	214
Provisão taxa cartão crédito	1.166	1.162	1.166	1.162
Provisão Prêmio Funcionários	780	-	780	-
Efeito Líquido de Depreciação e Juros (IFRS 16) com o pagamento de arrendamento	7.954	-	7.954	-
Receita diferida programa Fidelidade	82	3.832	82	3.832
Provisão para ajuste de valor de mercado em investimentos	176	176	176	176
Provisão dissídio	246	-	246	-
Provisão Honorários	2.117	38	2.263	38
Total base de cálculo	25.318	10.257	25.989	10.653
Imposto de renda à alíquota 25%	6.329	2.565	6.497	2.663
Imposto de renda sobre Prejuízo Fiscal	3.346	-	3.454	-
Contribuição social à alíquota 9%	2.278	923	2.339	959
Contribuição Social sobre Base de Cálculo Negativa	1.604	-	1.653	-
Total impostos diferidos ativos	13.557	3.488	13.943	3.622
Exclusões temporárias				
Reversão de provisão para créditos liquidação duvidosa	-	521	-	515
Ajustes decorrentes de arrendamento mercantil	3.087	2.413	3.087	2.413
Total base de cálculo	3.087	2.934	3.087	2.928
Imposto de renda à alíquota 25%	772	734	772	732
Contribuição social à alíquota 9%	278	264	278	264
Total impostos diferidos passivos	1.050	998	1.050	996
Total impostos diferidos líquidos	12.507	2.490	12.893	2.626

* A Companhia reconheceu Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos de R\$ 13.380 e R\$ 17.822.

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia e considerando a realização histórica dos ativos que originaram o saldo do imposto de renda e contribuição social, estima-se o seguinte cronograma de realização:

	2019	
	Controladora	Consolidado
2019	6.101	6.275
2020	1.864	1.917
2021	1.864	1.917
2022	1.864	1.917
2023	1.864	1.917
	13.557	13.943

15 Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	78.922	90.724	80.841	92.621
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(26.833)	(30.846)	(27.486)	(31.491)
Participação dos Administradores	(1.680)	(1.181)	(1.680)	(1.181)
Outras despesas não dedutíveis	2.070	(1.123)	2.214	(1.135)
Resultado de equivalência patrimonial	3.635	2.665	-	-
Juros sobre Capital Próprio - benefício	7.820	6.800	7.820	6.800
Incentivos fiscais - Cultura - Benefício	327	413	327	413
Incentivos fiscais-Programa Alimentação do Trabalhador (PAT)	249	262	253	282
Incentivos fiscais-subvenção p/investimentos-Créd. Presumido	10.463	5.119	10.463	5.119
Reversão do efeito da tributação lucro real na controlada cuja tributação é feita com base no lucro presumido	-	-	3.157	2.205
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas para base de cálculo	-	-	(960)	(824)
Incentivos Fiscais Inovação Tecnológica - Benefício	1.758	2.125	1.758	2.125
Efeito parcela isenta do adicional 10% IR - benefício	24	24	48	48
	(2.167)	(15.742)	(4.086)	(17.639)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício				
Imposto de renda e contribuição social corrente	(12.185)	(14.508)	(14.354)	(16.423)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10.018	(1.234)	10.268	(1.216)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(2.167)	(15.742)	(4.086)	(17.639)

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores nacionais	300.733	278.943	303.155	279.772
Fornecedores partes relacionadas	1.140	9.222	-	-
Total	301.873	288.165	303.155	279.772

17 Empréstimos e financiamentos

	Intervalo de Taxas (% a.a.)	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
BNDES Finame	3,00% da TJLP + 3,40%	18	110	18	147
Debênture - Banco Bradesco	108% CDI	186.260	113.680	186.260	113.680
Banco do Brasil Financiamentos	111,4% CDI	-	20.273	-	20.273
		186.278	134.063	186.278	134.100
Circulante		1.278	78.045	1.278	78.082
Não circulante		185.000	56.018	185.000	56.018

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos à Companhia apresentam espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis, não gerando risco de quebra desses limites ou de cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia. A Companhia possui empréstimos com cláusulas contratuais que requerem a manutenção de indicadores financeiros conforme a síntese abaixo:

1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) superior ou igual a 1,2 (um inteiro e dois décimos)

Onde: “ICSD” significa a divisão do EBITDA Ajustado (conforme definido abaixo) pelo Serviço da Dívida; e “Serviço da Dívida” significa as despesas financeiras relativas aos 12 (doze) últimos meses calculadas pelo regime de competência, em bases consolidadas pela Emissora, ou seja, (a) juros relativos a dívidas bancárias (líquida de receitas de aplicações financeiras), (b) parcela com impacto no caixa da variação monetária e cambial sobre juros das modalidades de dívida, (c) juros pagos às Debêntures e demais títulos e valores mobiliários emitidos nos mercados financeiro e de capitais, internacional e nacional (líquidas de receitas de aplicações em títulos e valores mobiliários ou em títulos públicos e privados de qualquer natureza), (d) despesas financeiras com impacto de caixa relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo (líquidas de receitas financeiras com impacto no caixa recebidas relativamente a mútuos com partes relacionadas listadas no ativo), bem como (e) o valor efetivamente desembolsado referente a passivos de operações de derivativos de proteção de dívidas (líquido dos valores efetivamente recebidos referentes a ativos de operações com derivativos de proteção de dívidas).

2. Relação Dívida Financeira Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado, conforme metodologia de cálculo a seguir discriminada, não superior 2,5 (duas inteiras e cinco décimos)

Onde: levando em consideração, para cálculo do EBITDA Ajustado, o desempenho acumulado nos últimos 12

meses da data do encerramento dos demonstrativos, a ser aferido com base nos balanços consolidados em março, junho, setembro e dezembro de cada exercício. Para os fins deste item entende-se por: “Dívida Financeira Líquida Ajustada” a somatória dos valores correspondentes a (i) empréstimos bancários de curto prazo; (ii) debêntures no curto prazo; (iii) empréstimos bancários de longo prazo; (iv) debêntures no longo prazo; (v) empréstimos de longo prazo; (vi) operações de leasing bancário de curto prazo; (vii) operações de leasing bancário de longo prazo; (viii) contas a pagar, ou a receber, com operações de derivativos, se houver menos disponibilidades, caixa/aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários; e, ainda, (ix) todos os mútuos, ativos e passivos, realizados entre empresas do grupo, coligadas ou não; “EBITDA Ajustado”, na forma prevista na Instrução da CVM n.º 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada; e “Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado” a divisão da Dívida Financeira Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado.

A Companhia monitora estes índices periodicamente e tem confirmado o atendimento das premissas contratuais estabelecidas.

Os contratos de empréstimo em vigor possuem ainda cláusulas não financeiras de vencimento antecipado, cujas mais relevantes encontram-se descritas a seguir:

- Inadimplemento das dívidas e/ou outros contratos com as instituições financeiras fornecedoras de crédito;
- Execução de medida judicial ou extrajudicial que possa afetar a capacidade de pagamento da Dimed;
- Transferência da dívida para terceiros, sem a anuência da instituição financeira fornecedora de crédito;
- Alterações no objeto social da Dimed ou alteração do controle societário sem que a instituição financeira manifeste, formalmente, sua anuência e manutenção dos convênios.

Abaixo demonstramos as informações complementares do fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Controladora						
	Ações em tesouraria	Partes relacionadas	Arrendamento financeiro	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Juros sobre capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(9.408)	21.720	6.749	134.063	5.959	159.083
Alterações de caixa	-	(5.782)	(74.021)	52.215	(4.297)	(31.885)
Recebimento (pagamento) de atividades de financiamento	-	(5.782)	(1.150)	(152.702)	(20.787)	(180.421)
Captação de Empréstimos	-	-	-	205.000	16.490	221.490
Juros pagos sobre empréstimos	-	-	-	(83)	-	(83)
Juros pagos sobre arrendamento	-	-	(72.871)	-	-	(72.871)
Alterações que não afetam caixa	9.408	-	386.396	-	-	395.804
Cancelamento de Ações	9.408	-	-	-	-	9.408
Adoção Inicial - IFRS 16	-	-	235.802	-	-	235.802
Mensuração de novos Contratos - IFRS 16	-	-	133.571	-	-	133.571
Juros - IFRS 16	-	-	17.023	-	-	17.023
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	15.938	319.124	186.278	1.662	523.002

Consolidado						
	Ações em tesouraria	Partes relacionadas	Arrendamento financeiro	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Juros sobre capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(9.408)	-	6.749	134.100	5.959	137.400
Alterações de caixa	-	-	(74.021)	52.178	(4.297)	(26.140)
Recebimento (pagamento) de atividades de financiamento	-	-	(1.150)	(152.739)	(20.787)	(174.676)
Captação de Empréstimos	-	-	-	205.000	16.490	221.490
Juros pagos sobre empréstimos	-	-	-	(83)	-	(83)
Juros pagos sobre arrendamento	-	-	(72.871)	-	-	(72.871)
Alterações que não afetam caixa	9.408	-	386.396	-	-	395.804
Cancelamento de Ações	9.408	-	-	-	-	9.408
Adoção Inicial - IFRS 16	-	-	235.802	-	-	235.802
Mensuração de novos Contratos - IFRS 16	-	-	133.571	-	-	133.571
Juros - IFRS 16	-	-	17.023	-	-	17.023
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	319.124	186.278	1.662	507.064

As garantias apresentadas para os financiamentos com o BNDES resumem-se a:

BNDES Finame: notas promissórias assinadas pela Dimed nos valores dos recursos tomados e alienação fiduciária dos bens financiados em favor do banco;

Os saldos de empréstimos e financiamentos apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão apresentados pelo custo amortizado. A abertura por data de liquidação dos respectivos empréstimos e financiamentos encontra-se na nota explicativa 4.1 (c) Risco de liquidez. Tais transações ocorreram através de moeda corrente nacional.

18 Impostos, taxas e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Obrigações Sociais				
INSS a recolher	7.111	6.421	7.287	6.535
FGTS a recolher	2.281	2.072	2.327	2.108
Outras obrigações	38	24	38	24
Total	9.430	8.517	9.652	8.667

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Obrigações Fiscais				
IRPJ	0	-	537	277
CSLL	0	-	219	132
PIS	99	187	101	241
COFINS	456	865	464	1.116
IRRF	3.117	3.213	3.163	3.244
ICMS	17.662	12.498	19.975	14.781
Outras obrigações	453	292	767	593
Total	21.787	17.055	25.226	20.384

19 Participações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Gratificações diretoria	3.801	3.420	3.801	3.419
Participação nos lucros para os funcionários	7.922	6.193	8.078	6.399
Total	11.723	9.613	11.879	9.818

20 Obrigações por arrendamento mercantil

A Companhia possui obrigações originadas de contrato de arrendamento mercantil de equipamentos (central telefônica e *Storage*) e de uma aeronave, sendo que este bem deverá ser adquirido no final do contrato pelo valor residual. As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária do bem arrendado.

	Controladora e Consolidado		
	Menos de um ano	De um a cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019			
Arrendamento mercantil	1.472	4.127	5.599
Em 31 de dezembro de 2018			
Arrendamento mercantil	1.499	5.250	6.749

A partir de 01 de janeiro de 2019 a Companhia passou a contabilizar as obrigações de contrato de aluguel por período de tempo, com prazos vigentes, conforme requerimentos do CPC 06 (R2)/IFRS 16. Esses arrendamentos eram classificados anteriormente como operacionais de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17.

Como resultado na adoção, Companhia reconheceu os valores de R\$ 235.802 no Ativo (Direito de Uso) e um passivo de arrendamento no mesmo montante na data de transição em 01 de janeiro de 2019, e até o final do exercício reconheceu R\$ 63.802 de depreciação para os contratos de arrendamentos de imóveis e de veículos. Além da depreciação, foi registrado R\$ 17.023 de juros. Cabe ressaltar que a Companhia não atua como arrendadora em nenhum contrato de aluguel.

A movimentação do saldo de passivo de arrendamento da Companhia até 31 de dezembro de 2019 ocorreu da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado		
	Imóveis	Veículos	Total
Adoção Inicial	234.284	1.518	235.802
Saldo em 01 de janeiro de 2019	234.284	1.518	235.802
Mensuração de novos contratos	132.725	846	133.571
Juros	16.940	83	17.023
Pagamento de aluguel (IAS 17)	(71.627)	(1.243)	(72.870)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	312.322	1.204	313.526
Circulante	74.692	809	75.501
Não Circulante	237.630	395	238.025

A taxa de desconto adotada pela Companhia ficou em 6,99% para os contratos de arrendamentos de lojas e de veículos. Foi utilizada a abordagem retrospectiva simplificada e no momento da transição, os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de financiamento. Inicialmente, o direito de uso dos ativos foi mensurado ao valor equivalente do passivo de arrendamento, tendo sido utilizado o expediente prático que permite ao arrendatário excluir custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 1/2020, Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06(R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CVM (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. A Companhia desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possam chegar a informação. Os inputs são:

- Taxa de desconto nominal aplicada – 6,99% a.a.
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA baseado na NTN-B utilizada na adoção inicial) – 3,6 % a.a.
- Cronograma de pagamentos não inflacionado (tabela abaixo):

Ano	R\$ (mil)
2020	78.251
2021	67.962
2022	53.607
2023	43.967
2024	36.292
2025	30.118
2026	25.321
2027	20.295
2028 em diante	41.328
Total	397.141

21 Provisões

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, em processos administrativos e judiciais. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

Os processos que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são considerados como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão apresentados a seguir. Os processos considerados como perdas prováveis estão provisionados, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cíveis	-	199	-	199
Trabalhistas	7.279	4.316	7.713	4.694
Tributárias	-	20	-	20
Não circulante	7.279	4.535	7.713	4.913
Depósitos judiciais	6.478	7.955	6.943	8.519

As movimentações das provisões para as ações cíveis, trabalhistas e tributárias estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cíveis				
Saldo no início do exercício	199	120	199	120
Novas provisões	501	408	501	408
Baixa por pagamento	(18)	(3)	(18)	(3)
Reversão	(682)	(326)	(682)	(326)
Saldo final	-	199	-	199
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas				
Saldo no início do exercício	4.316	5.492	4.694	5.828
Novas provisões	5.591	3.247	7.042	3.353
Baixa por pagamento	(897)	(585)	(1.510)	(585)
Reversão	(1.731)	(3.838)	(2.513)	(3.902)
Saldo final	7.279	4.316	7.713	4.694
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tributárias				
Saldo no início do exercício	20	203	20	203
Novas provisões	0	820	0	820
Reversão	(20)	(1.003)	(20)	(1.003)
Saldo final	-	20	-	20

a. Cíveis

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2019, 64 ações judiciais de natureza cível consideradas possíveis, cujo valor estimado é de R\$ 35.678 na controladora e R\$ 35.751 no consolidado (R\$ 29.064 em 31 de dezembro de 2018 na controladora e no consolidado).

b. Trabalhistas

Nas provisões trabalhistas podemos destacar que as ações mais recorrentes nestes processos são por questionamentos de horas extras e diferenças salariais. A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2019, 400 ações de natureza trabalhista com risco possível, cujo valor estimado é de R\$ 20.736 na controladora e R\$ 21.240 no consolidado (R\$ 1.467 em 31 de dezembro de 2018 na controladora e no consolidado).

c. Tributárias

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2019, 118 ações de natureza tributária considerada possível, cujo valor estimado é de R\$ 36.339 na controladora e no consolidado (R\$ 36.339 em 31 de dezembro de 2018 na controladora e no consolidado).

21.1 ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS

Informamos que está em tramitação, no TRF4ª Região, a ação judicial nº 50101784720194047100, em nome de DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, cujo objetivo é o reconhecimento do direito de exclusão do ICMS destacado nas suas notas fiscais de venda. Em 24/10/2018 foi proferido acórdão acolhendo o pleito relativo ao ICMS destacado nas notas fiscais. Atualmente, aguarda-se o julgamento de

embargos de declaração opostos pela empresa e o posterior processamento dos recursos especial e extraordinário interpostos pela União Federal.

Com base em levantamento preliminar a partir das informações disponíveis em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estima o valor potencial dos créditos em R\$ 30.680, no entanto, a considerar os trâmites processuais e administrativos a serem percorridos, não há como assegurar, neste momento, quando, ou se, os montantes estimados serão efetivamente realizados.

Em relação aos valores relativos às competências posteriores à data da decisão do STF (15 de março de 2017), período no qual a probabilidade de perda das ações é avaliada por seus assessores jurídicos como remota, a Companhia entrou com pedido de medida liminar para compensação.

22 Receitas diferidas - Subvenção/Investimentos

A Companhia recebeu em dezembro de 2011, a doação de área pública na zona urbana do município de Eldorado do Sul/RS, com metragem de 50.000 metros quadrados, destinado à construção das instalações de um novo Centro de Distribuição. Com base nas orientações do CPC 07, esta subvenção recebida foi classificada como ativo não monetário, tendo como base de registro contábil seu valor justo, tendo como reconhecimento inicial o valor de R\$ 5.026 no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011. Com base nesse critério, o reconhecimento dessa subvenção se deu em contrapartida em conta de passivo, de forma temporária, considerando que os benefícios econômicos ficam postergados para o momento de sua utilização e ainda vinculados ao cumprimento das obrigações expressas na Lei Municipal nº 3.067 de 13 de dezembro de 2011. Os principais compromissos assumidos com o município são: o retorno do ICMS, a ser verificado a partir do início das atividades, a contratação de 270 postos de trabalhos diretos e 25 postos indiretos e a transferência de licenciamento da sua frota de veículos. Ao fim do período de 5 (cinco) anos, caso seja verificado que não houve retorno por parte da Companhia, deverá ser recolhido o montante do valor total dos incentivos concedidos aos cofres públicos do município atualizados pelo índice IPCA (IBGE).

No 2º trimestre de 2014, foi complementada a doação de área pública neste município, com a metragem de 10.000 metros quadrados, registrado neste período pelo seu valor justo correspondente a R\$ 1.000 no ativo imobilizado da companhia. O reconhecimento do complemento da subvenção segue os mesmos critérios contábeis adotados no reconhecimento inicial da subvenção original. Em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido o valor restante previsto de subvenção de R\$ 1.226.

Foi aprovada no ano de 2017 a Lei Complementar nº 160/17 com o objetivo de promover importantes mudanças quanto aos benefícios fiscais concedidos unilateralmente pelas unidades federativas. A referida lei tem como objetivo resolver o problema das autuações impostas pelos Estados e definir e que forma permanecerão os incentivos fiscais de ICMS no futuro. Foram estabelecidas novas regras para enquadramento desses benefícios fiscais como “subvenções para investimento” – afastando a sua tributação pelo PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A Lei revela oportunidades e ganhos às empresas que já utilizaram, utilizam ou desejam utilizar incentivos fiscais de ICMS no futuro. Em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecido no resultado R\$ 3.618, totalizando até o quarto trimestre de 2019 o reconhecimento de R\$ 14.273 (13.829 em 31 de dezembro de 2018).

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Dimed, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 410.000 totalmente integralizado (R\$ 385.000 em 31 de dezembro de 2018) representado por 4.066.490 ações ordinárias e 449.523 ações preferenciais, todas da mesma classe e sem valor nominal.

As ações preferenciais terão as seguintes características e vantagens: a) terão direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o dividendo atribuído a cada ação Ordinária; b) terão direito de participar em igualdade de condições com as ações Ordinárias em distribuição, pela Companhia, de ações ou quaisquer outros títulos às vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas do Capital Social; c) terão prioridade no reembolso do capital social na eventualidade de liquidação da sociedade; d) as ações Preferenciais, qualquer que seja sua forma, não terão direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral adquirindo contudo, esse direito, se não lhes for atribuído durante 03 (três) exercícios consecutivos, o dividendo previsto no artigo 24, letra “b” do Estatuto Social da Dimed S.A.; e) as ações Preferenciais serão irredimíveis e inconvertíveis em ações Ordinárias. Cada ação Ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O valor pago pela Dimed na aquisição de ações em tesouraria, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Dimed até que as ações sejam canceladas.

b. Reserva de lucros

(i) *Reserva para futuro aumento de capital*

É constituída com o objetivo de incrementar os investimentos em capital de giro da Dimed nos projetos de expansão, prevista no Estatuto Social da Dimed em seu artigo 24, cláusula “c”. O aproveitamento do saldo desta reserva foi aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2018.

(ii) *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(iii) *Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais aos propostos*

É constituído em relação ao excedente de dividendos mínimo de 25% obrigatório conforme previsão legal e aprovado pelos acionistas.

(iv) *Remuneração dos acionistas*

Em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Dimed, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, considerando os ajustes previstos na legislação societária. De acordo com a faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Dimed calculou juros sobre o capital próprio com base na taxa de juros de longo prazo - TJLP vigente no exercício, de acordo com a tabela abaixo:

Provento	Evento	Deliberação	Montante (em mil R\$)	Valor em R\$ ação		
				ON	PN	Data prevista p/pgto
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	14/06/2019	2.824	0,619021	0,680923	30/08/2019
Juros sobre capital próprio - 2ª parcela	RCA	14/06/2019	2.823	0,619021	0,680923	30/09/2019
Juros sobre capital próprio - 3ª parcela	RCA	14/06/2019	2.823	0,619021	0,680923	31/10/2019
Juros sobre capital próprio	RCA	27/09/2019	5.000	1,096259	1,205886	31/03/2020
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	19/12/2019	4.765	1,044735	1,149208	30/04/2020
Juros sobre capital próprio - 2ª parcela	RCA	19/12/2019	4.765	1,044735	1,149208	29/05/2020
Total			23.000	5,042792	5,547071	

A opção pela distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu a carga tributária da Companhia em torno de R\$ 7.820 (R\$ 6.800 em 2018), através da dedução do valor dos juros sobre o capital da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social.

O montante líquido dos juros sobre capital próprio pago ao longo do exercício de 2019, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do Estatuto Social da Companhia.

O valor dos referidos juros foram imputados aos dividendos, sendo calculados como segue:

	Controladora	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício	76.755	74.982
Reserva Legal (5%)	(3.838)	(3.749)
Reserva para incentivos fiscais	(30.773)	(15.055)
Base de cálculo dos dividendos	42.144	56.178
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	10.536	14.045
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos		
Valor bruto	23.000	20.000
Juros sobre o capital próprio em excesso ao mínimo obrigatório	(12.464)	(5.955)
	10.536	14.045

24 Resultado por ação

a. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

b. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade considera que não possui efeitos de diluição de ações ordinárias ou preferenciais, pois não há opções de compra ou conversão destas ações.

	2019		
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.075.257	449.523	4.524.780
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	-	-
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.075.257	449.523	4.524.780
% de ações em relação ao total	90,07%	9,93%	100,00%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	68.449.265	8.305.359	76.754.624
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.075.257	449.523	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	16,80	18,48	

	2018		
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.101.290	449.523	4.550.813
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(10.025)	-	(10.025)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.091.265	449.523	4.540.788
% de ações em relação ao total	90,10%	9,90%	100,00%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	66.816.774	8.165.272	74.982.046
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.091.265	449.523	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	16,33	18,16	

As ações preferenciais recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

25 Receitas

Grupo gera receita principalmente pela revenda de medicamentos e produtos de higiene e beleza em lojas próprias ou de terceiros, sendo realizada exclusivamente para o mercado doméstico, focado na região sul do Brasil.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Vendas brutas de produtos e serviços	2.854.242	2.552.847	2.873.038	2.577.913
Impostos sobre vendas	(113.659)	(103.874)	(117.606)	(117.377)
Devoluções e descontos incondicionais	(32.732)	(26.823)	(34.502)	(28.504)
Programa Fidelidade	3.750	214	3.750	214
Receita líquida	2.711.601	2.422.364	2.724.680	2.432.246

A Companhia possui um programa de fidelidade chamado Fidelidade Panvel, onde são pontuadas as compras realizadas nas lojas da rede de Farmácias Panvel, pela tele-entrega “Alô Panvel” e/ou pelo site www.panvel.com.br. O critério de pontuação é que cada R\$1,00 (um real) em compras equivale a 1 (um) ponto, sendo que em 31 de dezembro de 2019 cada ponto corresponde a R\$ 0,003 (R\$ 0,003 em 31 de dezembro de 2018). Os pontos recebidos poderão ser trocados por produtos de perfumaria em todas as compras em qualquer loja própria da rede. O prazo de validade dos pontos é de um ano subsequente ao da compra, sendo zerados no último dia do mês. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da receita diferida no Programa de Fidelidade é de R\$ 82 (R\$ 3.832 em 31 de dezembro de 2018) sendo classificado integralmente no curto prazo.

26 Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo das mercadorias vendidas	(2.069.499)	(1.848.620)	(2.046.754)	(1.828.405)
Custo dos produtos vendidos	-	-	(21.401)	(18.516)
Custo das unidades imobiliárias vendidas	-	-	(349)	(554)
Ressarcimento de custos com aportes	167.053	143.752	167.053	143.752
Receita verbas de campanha	1.252	846	1.252	846
Impostos sobre verbas	(15.568)	(13.375)	(15.568)	(13.375)
	(1.916.762)	(1.717.397)	(1.915.767)	(1.716.252)

São deduzidos do custo das mercadorias vendidas os valores ressarcidos pelos fornecedores de custos com locação de espaços, verbas promocionais e despesas com propaganda e publicidade, sendo que o prazo médio de ressarcimento é de 30 a 60 dias. Esse ressarcimento é reconhecido no momento em que for provável o atingimento das condições contratuais.

27 Despesas e participações por natureza

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Despesas com vendas					
	Despesas com pessoal e serviços de terceiros	333.487	297.860	335.339	299.423
	Despesas com aluguéis	42.856	99.973	40.540	97.177
	Despesas com fretes	37.753	30.786	38.298	31.290
	Despesas com taxas de cartão	26.631	26.955	26.631	26.955
	Despesas com publicidade	19.002	15.389	19.323	15.684
	Despesas com utilidades e serviços	25.832	22.993	25.912	23.053
	Despesas com depreciação e amortização	89.315	22.230	89.375	22.271
	Participação dos empregados nos lucros	9.719	6.703	9.821	6.859
	Participação dos Administradores	4.520	3.166	4.520	3.166
	Despesas com manutenção	3.520	3.574	3.532	3.597
	Despesas com consumo	7.784	6.879	7.917	7.000
	Despesas de viagens e representações	2.023	1.693	2.145	1.749
	Despesas com material de embalagens	5.223	5.218	5.223	5.218
	Outras despesas com vendas	21.764	16.619	22.431	17.188
		629.429	560.038	631.007	560.630
Despesas gerais e administrativas					
	Despesas com pessoal e serviços de terceiros	40.751	33.948	43.240	35.515
	Despesas com aluguéis	244	215	146	86
	Despesas com utilidades e serviços	87	205	129	244
	Despesas com depreciação e amortização	5.319	5.110	5.481	5.265
	Participação dos empregados nos lucros	816	509	904	593
	Participação dos Administradores	420	308	420	308
	Despesas bancárias	948	1.073	961	1.085
	Remuneração dos dirigentes	4.753	5.479	4.753	5.479
	Despesas com manutenção	4.287	3.541	4.298	3.558
	Despesas com consumo	246	271	274	294
	Outras despesas administrativas	3.264	3.753	3.425	3.920
		61.135	54.412	64.031	56.347

28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita extraordinária	809	3.275	823	3.298
Receita com aluguéis de imóveis	140	51	140	51
Vendas de ativo imobilizado	110	254	110	254
Recuperação de créditos	4.994	9.511	6.558	9.511
Ressarcimento de diferença de caixa	216	188	216	188
Custo vendas imobilizado	(1.938)	(2.671)	(1.951)	(2.681)
Deduções s/ outras receitas operacionais	(107)	(325)	(107)	(325)
Recuperação de custos	64	9	64	9
Receita com subvenção de investimento	-	1.226	-	1.226
Cessão de Direito	-	-	42	55
	4.288	11.518	5.895	11.586

29 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos	1.188	1.081	1.212	1.096
Variações monetárias	519	316	566	362
Rendimento aplicações financeiras	760	360	1.700	450
Descontos financeiros obtidos	406	270	428	274
Impostos s/ receitas financeiras	(109)	(94)	(117)	(105)
	2.764	1.933	3.789	2.077
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	11.833	10.984	11.834	10.989
Juros sobre mútuos	725	1.311	0	-
Juros passivos	6.103	455	6.119	462
Encargos financiamento	570	483	570	483
Descontos concedidos	10.404	7.562	10.638	7.758
Bonificações	3	281	84	357
Variação monetária	915	4	923	4
Juros de arrendamento	17.023	-	17.023	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	209	-	209	-
Subvenção Juros ICMS	(5.752)	-	(5.752)	-
Outras despesas financeiras	1.062	1.003	1.070	1.019
	43.095	22.083	42.718	21.072

30 Transações com partes relacionadas

a. Saldos e transações

Os montantes das transações realizadas no terceiro trimestre de 2019 pela Dimed com partes relacionadas estão sumariados a seguir:

	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda.	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores	-	-	1.140	9.222
Partes relacionadas - mútuo	15.938	21.300	-	420
	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda.	
	2019	2018	2019	2018
Compra de mercadorias e serviços	-	- #	34.025	27.427
Receita com prestação de serviços	2.741	3.246 #	-	-
Despesas financeiras	657	1.111 0	68	200

As transações comerciais entre as partes relacionadas são efetuadas por valores acordados entre as empresas e com prazos médios de 30 dias. O saldo referente ao contrato de mútuo é atualizado pela variação mensal da SELIC.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

No quadro abaixo, seguem informações da controladora sobre a remuneração dos administradores:

	Controladora	
	2019	2018
Remuneração fixa	4.753	5.479
Encargos sociais	1.331	1.534
Participação nos resultados	4.941	3.475
Total	11.025	10.488

Estes valores estão apresentados nas rubricas “Despesas com vendas” e “Despesas administrativas”, na demonstração do resultado e detalhados na Nota 27.

31 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro que são contratadas considerando a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra veículos, incêndio, responsabilidade civil, transporte de carga e aeronaves, dentre outras. Segue abaixo o Limite Máximo de Indenização das principais apólices contratadas:

Apólices	Valores em R\$ mil
Apólice de Veículos	Tabela FIPE + Danos Materiais + Danos Corporais
Apólices de Incêndio	R\$ 380.00
Apólices de Responsabilidade Civil	R\$31.200
Apólice de Transporte	R\$ 1.000 por transporte
Apólice Aeronave	R\$ 10.050*
RC Aeronave	R\$ 80.602*

*Apólice emitida em Dólar, valor convertido pelo ptax (dólar) de 31/12/2019 (R\$ 4,0301).

32 Informações por segmento

As Informações por Segmento estão sendo apresentadas de acordo com os relatórios gerenciais utilizados pelo Conselho de Administração, Órgão responsável pela tomada de decisões estratégicas da companhia, para a gestão do negócio. Os segmentos da companhia estão divididos em Varejo, Atacado e Corporativo, que contempla todos os gastos da estrutura administrativa, bem como o resultado financeiro.

	VAREJO		ATACADO		CORPORATIVO		DIMED S/A	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
OPERAÇÕES CONTINUADAS								
Receita líquida de vendas e serviços	2.454.096	2.170.456	270.584	261.790	-	-	2.724.680	2.432.246
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.688.505)	(1.493.271)	(227.262)	(222.981)	-	-	(1.915.767)	(1.716.252)
LUCRO BRUTO	765.590	677.184	43.323	38.810	-	-	808.913	715.994
Despesas com vendas	-	-	-	-	(631.007)	(560.630)	(631.007)	(560.630)
Perdas em créditos líquidas	-	-	-	-	(625)	1.013	(625)	1.013
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	-	-	6.520	11.586	6.520	11.586
Despesas administrativas	-	-	-	-	(64.031)	(56.347)	(64.031)	(56.347)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	765.590	677.184	43.323	38.810	(689.143)	(604.378)	119.770	111.616
<u>RESULTADO FINANCEIRO</u>	-	-	-	-	(38.929)	(18.995)	(38.929)	(18.995)
Receitas financeiras	-	-	-	-	3.789	2.077	3.789	2.077
Despesas financeiras	-	-	-	-	(42.718)	(21.072)	(42.718)	(21.072)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	765.590	677.184	43.323	38.810	(728.072)	(623.373)	80.841	92.621
Corrente	-	-	-	-	(14.353)	(16.423)	(14.354)	(16.423)
Diferido	-	-	-	-	10.268	(1.216)	10.268	(1.216)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	765.590	677.184	43.323	38.810	(732.157)	(641.012)	76.755	74.982

33 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando-se a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderão ser revisadas. Considerando-se a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é praticável atualmente fazer estimativas dos efeitos financeiros do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração avalia e acompanha os prováveis impactos do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os possíveis impactos do surto nas operações e seus impactos nas demonstrações financeiras.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, e tendo em vista o aumento na demanda por produtos farmacêuticos e de higiene por parte da população e agentes governamentais visando à manutenção da qualidade dos serviços prestados pela Companhia à população, as seguintes principais medidas foram tomadas:

1. a contratação de novos colaboradores visando a permitir um melhor e sustentado atendimento das populações nas regiões onde atuamos;
2. dar maior celeridade na reposição de estoques de remédios e produtos relacionado nas nossas farmácias contribuindo para minimizar os efeitos da crise;
3. adotar proativamente medidas de proteção dos seus colaboradores tendo oferecido vacinação gratuita para 100% das equipes e equipamentos de proteção (EPIs) para reduzir o risco de contágio.